



# IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

## O QUE EXPLICA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA EM MOÇAMBIQUE?

Yasfir Ibraimo, Epifânia Langa, Carlos Muianga e Rosimina Ali

### Introdução

O IDeIAS anterior, o nº104, mostrou que o poder de compra dos trabalhadores ao longo desta década se deteriorou, acentuando-se nos anos de 2015 e 2016, o que traduz a incapacidade de os ajustes anuais ao salário mínimo compensarem os níveis de inflação registados<sup>1</sup>. Apesar destes ajustes, o salário mínimo nos diferentes sectores de actividade continua aquém de satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores e seus agregados familiares. O presente IDeIAS, procura discutir os elementos que podem explicar o aumento do custo de vida no país, com base na análise da estrutura e dinâmicas produtivas da economia nacional. Argumenta-se que a subida do custo de vida no país, apesar de influenciada por factores conjunturais durante os últimos três anos, nomeadamente as dívidas ilícitas, a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional e a depreciação do metical em relação as principais moedas de referência, é fundamentalmente determinada pelo tipo de estrutura produtiva, que reproduz um padrão de crescimento económico meramente extractivo e com fracas ligações intra e inter-sectoriais, que se expande sem criar capacidade de produzir e fazer circular bens básicos de consumo a baixo custo para alimentar a população. Portanto, a procura de respostas para a subida do custo de vida deve ir para além das discussões do valor "óptimo" do salário mínimo, para incorporar uma reflexão mais profunda sobre o tipo de economia que se pretende desenvolver ao longo do tempo.

### Estrutura produtiva e o custo de vida

Durante a última década e meia, a economia de Moçambique foi considerada pela comunidade internacional como um exemplo de sucesso na gestão macroeconómica, caracterizada por altas taxas de crescimento económico, estabilidade no nível geral de preços elevada capacidade para atrair investimento directo

estrangeiro e estabilidade da taxa de câmbio. Contudo, entre 2015 e 2016, a descoberta das dívidas ilícitas (crise da dívida) que contribuiu para a suspensão da ajuda externa directa ao Orçamento do Estado e a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, combinado com outros factores, fizeram com que este quadro macroeconómico se deteriorasse, mostrando as fragilidades estruturais desta economia. Como demonstrado pelo IDeIAS nº104, um dos resultados imediatos foi o agravamento do custo de vida. Apesar desta mudança no quadro macroeconómico ter sido surpreendente para alguns, vários estudos do IESE, já vinham mostrando que este cenário era previsto<sup>2</sup>. Assim, o trabalho do IESE, baseado na análise da estrutura e dinâmicas produtivas da economia destaca três elementos cruciais que podem explicar como a estrutura produtiva do país influencia o agravamento do custo de vida.

Primeiro, os padrões de investimento público e privado, da produção e do comércio. Ao longo da última década, a economia moçambicana consolidou um padrão de crescimento económico essencialmente extractivo e poroso, na medida em que grande parte do investimento e da produção concentraram-se em um número reduzido de megaprojectos de investimento directo estrangeiro orientados para a exportação de mercadorias primárias agrícolas, florestais, pesqueiras, minerais e energéticas, com limitado processamento local e fracas ligações com outros sectores e actividades dentro da economia<sup>3</sup>. Estas características da estrutura produtiva reflectem-se na estruturação dos salários mínimos, na medida em que os sectores de mineração, energia e serviços financeiros apresentam os salários mais altos e que, em geral, crescem mais rapidamente. Os sectores da agricultura e da administração pública, que empregam a maior parte dos trabalhadores, possuem os salários mínimos mais baixos. Este padrão continua a ser reproduzindo e têm sido um obstáculo para a produção de bens básicos de consumo a baixo

custo para o mercado doméstico e para a substituição de importações.

Segundo, dados da evolução da composição da produção desde a década de 1980 excluindo a produção dos megaprojectos revelam uma contínua redução do número e variedade de actividades produtivas no sector industrial ao longo do tempo, ficando cada vez mais concentradas em torno de actividades primárias, nomeadamente o açúcar, a farinha de trigo, a cerveja, os refrigerantes e o cimento<sup>4</sup>. Este processo de desindustrialização prematura deve-se não apenas a aceleração da produção destes cinco produtos, mas fundamentalmente, a contracção gradual do sector industrial doméstico dado o desaparecimento de actividades industriais de natureza mais complexa como as indústrias de vestuário, cerâmica, vidros, borrachas, produtos metálicos e maquinaria simples.

Em outras palavras, a economia está a perder a capacidade de produzir bens que poderiam ser amplamente consumidos no mercado doméstico, ao mesmo tempo que perde postos de trabalho. Além disso, a economia não está a criar novos postos de trabalho, mais produtivos e seguros, através do surgimento de s actividades e sectores industriais mais articulados. Esta tendência é confirmada pelo mais recente Inquérito à Indústria Manufactureira, ao mostrar que, entre 2011 e 2017, foram encerradas 216 empresas manufactureiras e perdidos cerca de 5100 postos de trabalho entre 2009 e 2017<sup>5</sup>. Este relatório mostra que durante a actual crise económica, as empresas fizeram ajustes drásticos no número de trabalhadores e uma transição para contractos mais irregulares, ou seja, mais trabalhadores temporários ou casuais. Ora, o custo de vida não pode ser reduzido, efectivamente, sem a geração de oportunidades de trabalho, de emprego e de rendimentos mais regulares e com condições sociais de trabalho mais estáveis, seguras e dignas, sendo crucial transformar a organização produtiva do trabalho prevalecente<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Muianga, C., Ali, R., Ibraimo, Y. e Langa, E. (2018). Salário Mínimo e Custo de Vida em Moçambique. *Boletim IDeIAS*, 104. Maputo: IESE.

<sup>2</sup> Ver por exemplo: Castel-Branco, C. N. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S. e Francisco, A. (orgs.) *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 19 – 109.; Castel-Branco, C.N. & Ossemane, R. (2010) Crises cíclicas e desafios de transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In: Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco (orgs.) *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 141 – 182.

<sup>3</sup> Castel-Branco, C. N. (2010). *Op. cit.*

<sup>4</sup> Langa, E. (2017). Dependência de Megaprojectos e Desindustrialização Prematura em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 165 -183.

<sup>5</sup> CEEG, MEF, UC & UNU-WIDER, 2018, Inquérito às Indústrias Manufactureiras Moçambicanas 2017. *Relatório Descritivo*. Maputo.

<sup>6</sup> Ali, R. (2017). Mercados de Trabalho Rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In: R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs.), *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 63 – 86.

Como resultado do fraco desenvolvimento de capacidades produtivas, particularmente para produção de bens básicos de consumo (por exemplo, de bens alimentares), a economia tornou-se incapaz de substituir importações<sup>7</sup>. Como demonstrado por Ibraimo<sup>8</sup>, a inflação é fortemente influenciada pela taxa de câmbio, pois a maior parte dos produtos que fazem parte do cabaz básico de consumo familiar, principalmente nas zonas urbanas, são importados. Por outro lado, o facto de grande parte do investimento ser dependente de fluxos externos de capital, contribui para que o padrão de investimento seja definido por grandes corporações com interesses específicos e desligados das prioridades e interesses nacionais, o que torna a base produtiva nacional concentrada, desarticulada e especializada à volta de um número reduzido de produtos de exportação. Consequentemente, a economia expande sem criar capacidades de produzir bens básicos de consumo a baixo custo para alimentar a população<sup>9</sup>.

Para fazer face ao impacto do alto nível de dependência de produtos importados sobre a inflação, o Banco de Moçambique (BM) através da política monetária procura proteger o valor da moeda, aumentando as suas intervenções no mercado cambial interbancário através de injeções de quantidades significativas de moeda estrangeira e simultaneamente a restrição monetária. Em 2008, o BM vendeu cerca de 670 milhões de USD no mercado cambial interbancário, cerca de 260 milhões de USD mais alto que o total de vendas de 2007. Em 2009 e 2010, as vendas de moeda estrangeira ascenderam a perto de 800 milhões de USD em cada ano<sup>10</sup>. Desta forma, a taxa de inflação deixa de ser determinada pela realidade macroeconómica e o custo de vida é tratado apenas como um fenómeno monetário, onde o Banco Central assume um papel chave no controlo do nível geral de preços. A perseguição deste objectivo pelo Banco Central acarreta um elevado custo para a economia. Isto é, origina um significativo desgaste nas reservas cambiais do País. Assim, a curto prazo, o BM pode conseguir conter a inflação, mas torna-se impossível a médio e longo prazo devido à evaporação das reservas cambiais. Portanto, em períodos de menor disponibilidade de divisas para injectar no mercado cambial, como se verificou entre 2015 e 2017, o Banco Central foi incapaz de conter a inflação, o que encareceu o custo do cabaz básico. Adicionalmente, a taxa de câmbio fixada para tornar as importações baratas e, consequentemente, conter a inflação importada, perpetua a dependência de importações e torna os produtos produzidos localmente não competitivos, acabando por contribuir para o enfraquecimento da produção agrícola e industrial nacional.

Terceiro, as características do sistema financeiro pouco favorecem a produção doméstica diversificada. As condições estruturais da economia de Moçambique acima descritas, levam à emergência de um sector financeiro altamente especulativo e virado para o financiamento de infra-estruturas à volta dos megaprojectos, títulos de dívida pública, consumo de bens duráveis, bem como de activos imobiliários<sup>11</sup>. Por outro lado, a orientação da política fiscal tem contribuído para agravar o fraco contributo do sistema financeiro nacional na diversificação da base produtiva doméstica, na medida em que parte do investimento público (que maioritariamente beneficia a elite política nacional) e despesa pública tem sido financiado com recurso ao endividamento público interno e externo. Portanto, a dinâmica de endividamento público, principalmente a dívida interna, tem criado apetência dos bancos comerciais em rapidamente rentabilizar os seus activos com menor risco possível, o que tem aumentado a competição entre o governo e o sector produtivo pelos escassos recursos financeiros. Este cenário contribui para que os bancos comerciais, que dominam o sistema financeiro nacional, imponham elevadas taxas de juros ao sector produtivo, condicionando, desta forma, o desenvolvimento de uma base produtiva diversificada, dado que as pequenas e médias empresas, que têm um elevado potencial de geração de emprego, tornam-se incapazes de investir<sup>14</sup>. Estes factores, aliados à dimensão limitada do mercado doméstico e à deficiência da rede de infra-estruturas e de serviços ao sector produtivo, tornam o investimento não extractivo, gerador de maiores dinâmicas e ligações económicas, pouco atractivo para os bancos comerciais.

Portanto, perante a actual estrutura produtiva do país, mesmo que os salários aprovados fossem iguais ou superiores ao proposto pelos sindicatos, não seriam suficientes para minimizar o efeito da subida do custo de vida a longo prazo. A curto prazo, um salário mínimo maior aumentaria o poder de compra dos trabalhadores, mas a médio e longo prazo, dada a fraca capacidade produtiva e dependência de importações, os preços dos bens de consumo que compõem o cabaz básico iriam subir. Assim, a sectorização do salário mínimo, apesar de permitir uma fixação baseada nas características de cada sector de actividade, limita as estratégias de luta e negociação dos salários e condições de trabalho e, por isso, as opções de transformação económica.

### Conclusões e implicações

A partir da análise dos padrões de (i) investimento público e privado, (ii) produção industrial e a sua rela-

ção com a geração de emprego e dependência de importações de bens básicos de consumo e (iii) as características do sistema financeiro doméstico, demonstrou-se que o problema da subida do custo de vida em Moçambique é estrutural, sendo que este padrão foi afectado por factores conjunturais, como a crise da dívida, a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional e a depreciação do metical em relação as moedas de referência, durante os últimos três anos. Por isto, este deve ser resolvido com o aumento da produtividade e da produção em todos sectores de actividade, com particular destaque para a produção agrícola e agro-industrial, o que irá permitir aumentar a disponibilidade de bens básicos de consumo baratos ao mesmo tempo que são gerados postos de trabalho.

Para tal, a mobilização de financiamento para o desenvolvimento, particularmente para as pequenas e médias empresas nacionais, é crucial para reduzir o défice de produção destinado para o consumo no mercado doméstico e expandir a geração de emprego em larga escala. Por um lado, o foco da política monetária na contenção dos níveis de inflação impede a expansão da produção e a melhoria da competitividade da economia nacional, na medida em que a estabilidade da inflação é assegurada administrativamente à custa das reservas cambiais do País e da dependência da economia de fluxos externos de capital. Este modelo não rompe com o padrão extractivo da economia, pelo contrário, exacerba-o, e condiciona a melhoria do custo de vida à existência de reservas cambiais. Por outro lado, uma política fiscal que atribui elevados incentivos fiscais aos grandes projectos e para fazer face ao défice fiscal deve recorrer ao endividamento público, externo e interno, aumenta a competição entre o governo e o sector produtivo pelos escassos recursos financeiros. Isto contribui para o aumento das taxas de juros, gera tendências inflacionárias e, consequentemente, bloqueia o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, impedindo a expansão da produção e melhoria da competitividade da economia nacional<sup>12</sup>.

<sup>7</sup> Wuyts, M. (2011). Será que o crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDEIAS*. Maputo: IESE.

<sup>8</sup> Ibraimo, Y. (2017). The Macroeconomic Effects of Public Debt: An Empirical Analysis of Mozambique. *Master Dissertation*. Lisbon: Lisbon School of Economics & Management (ISEG), University of Lisbon.

<sup>9</sup> Castel-Branco, C. (2017). Crises Económicas e Estruturas de Acumulação de Capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 99 – 164.

<sup>10</sup> Massarongo, F. (2017). Política Monetária e a estrutura produtiva da economia de Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp.203 - 232

<sup>11</sup> Caldeira, A. (2018). Alegria do BCI vem do investimento na Dívida Pública Interna de Moçambique e das taxas de juros de "agiotas" que deram lucros inéditos. In *Jornal A Verdade (Edição de 18 de Junho de 2018)*. Maputo; Massarongo, F. (2017). *Op. cit.*

<sup>12</sup> Castel-Branco, C. (2017). *Op. cit.*